

## DINÂMICA ECONÔMICA DA VILA DE ITAPEMIRIM-ES NO OITOCENTOS

## ECONOMIC DYNAMICS OF THE VILLAGE OF ITAPEMIRIM-ES IN THE 19TH CENTURY

Laryssa da Silva Machado<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho pretende discutir a dinâmica econômica da Vila de Itapemirim ao longo do século XIX, quando a região viveu seu ápice social, político e econômico na província do Espírito Santo. Pretende-se traçar um perfil social e econômico desta localidade, onde se encontra atividades relacionadas a exportação e ao mercado externo, mas também intensas relações econômicas e sociais que visavam destinadas ao mercado interno. Para isso, o trabalho realizou pesquisa qualitativa com fontes primárias, com a utilização de documentos como a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833, inventários *post mortem* e Testamentos, e Relatórios de Presidentes de Província, além de pesquisas bibliográficas. Essa dinâmica econômica envolvia membros da elite, cativos e a população mais empobrecida da região, uma vez que as questões econômicas, políticas e sociais se misturam.

56

Palavras-chave: dinâmica econômica de Itapemirim, elites e cativos, economia capixaba.

## Abstract

This work intends to discuss the economic dynamics of Vila de Itapemirim throughout the 19th century, when the region experienced its social, political and economic peak in the province of Espírito Santo. It is intended to draw a social and economic profile of this locality, where activities related to export and the foreign market are found, but also intense economic and social relations aimed at the domestic market. For this, the work carried out qualitative research with primary sources, using documents such as the Nominal List of the Population of Itapemirim in 1833, Post mortem Inventories and Wills, and Reports of Presidents of Province, in addition to bibliographical research. This economic dynamic involved members of the elite, captives and the most impoverished population in the region, since economic, political and social issues are mixed.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa da Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Itapemirim e Marataízes; Membro do Laboratório de História, Poder e Linguagem.

Keywords: economic dynamics of Itapemirim, elites and captives, Espírito Santo economy.

### **Sobre a formação do Vale do Itapemirim**

As terras do Vale do Rio Itapemirim aparecem na história brasileira desde o princípio da colonização portuguesa, com a divisão entre as capitanias do Espírito Santo e São Tomé (MACHADO, 2021, p.35-43), que eram delimitadas certamente pela foz do Rio Itapemirim (SOFFIATI, 2019, p.68). Registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só apareceram no início do século XVIII, quando expedições em busca do ouro passaram a ocorrer nos “sertões” capixabas. Às margens do Rio Itapemirim foi fundada, em princípios do Setecentos, a fazenda Caxangá e destinava-se a produção de açúcar. Mais tarde, a fazenda foi rebatizada de Fazendinha (MORENO, 2016, p.19). A colonização efetiva dessa região, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, após ataque indígena ao local, que obrigou os trabalhadores a abandonarem a região. “Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p.222) e adquirem terras na região, entre elas a Fazendinha (BRAGA, 1996, p.15-17). A partir de então, a região se desenvolveu com lavouras de cana de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, de acordo com os relatos do Desembargador Luís Tomás de Navarro, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p.36).

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de fluminenses, mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008, p.308). Muitas famílias vieram para a região em busca de terras férteis e trouxeram seus cativos e maquinários (MORENO, 2016, p.32). Essa imigração causou crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa, ocorrida em 27 de junho de 1815, quando a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p.33).

O crescimento populacional de Itapemirim pode ser medido na Tabela 01. As margens do Rio de mesmo nome foram ocupadas por lavouras de cana-de-açúcar e café, aquela desde o século XVIII e esta a partir da segunda metade do século XIX. Com isso, a região possuía quantidade significativa de cativos, que superou o número de habitantes livres em alguns períodos. Vilma Almada, concluiu

que “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo “plantation” escravista” (ALMADA, 1984, p.88).

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada, conforme demonstra a tabela 01. Na segunda metade do século XIX a quantidade de cativos aumentou, com ápice no ano de 1861. Nos anos seguintes esses números sofreram uma queda significativa devido à emancipação política de Cachoeiro em 1864, mas ainda assim a quantidade de cativos era maior que na primeira metade do século.

A tabela 01 indica dados gerais sobre a população livre e cativa de Itapemirim, mas não a esmiúça. Em alguns documentos a população é detalhada e pode-se observar as especificidades como a idade, o sexo e a cor. Nesse período a população cativa de Itapemirim era formada por maioria de pretos. A quantidade de pardos cativos era pequena, o que comprova, como demonstrado, que havia pouca intensidade nas relações raciais, pelo menos na primeira metade dos Oitocentos.

**TABELA 01: População de Itapemirim e do Espírito Santo (1817-1872)**

Ano	ESPÍRITO SANTO			ITAPEMIRIM				
	Livres	Cativos	Total	Livres	%	Cativos	%	Total
1817	—	—	24.585	—	—	—	—	2.025
1818	—	—	25.960	—	—	—	—	2.025
1824	22.165	13.188	35.353	1.184	51	1.148	49	2.332
1827	22.931	12.948	35.879	797	44	1.038	56	1.835
1833	—	—	27.916	1.360	46	1.596	54	2.937
1839	16.847	9.233	26.080	852	34	1.635	66	2.487
1843	21.122	10.376	32.720	1.825	45	2.109	55	3.984
1856	36.793	12.100	48.893	2.508	57	1.885	43	4.393
1857	36.823	12.269	49.092	—	—	—	—	4.393
1861	42.217	18.485	60.702	4.493	51	4.315	49	8.843
1870	51.825	18.772	70.597	4.680	70	2.013	30	6.693
1872	59.478	22.659	82.137	6.808	68	2.873	32	9.881

Fonte: VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1961, p.62-63; 1871, p. 137-140; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; LAGO, 2013, p. 39; Censo de 1872.

Outro dado a ser observado é a proporção sexual nas escravarias. A desproporção sexual nas escravarias é analisada como um problema para a formação de famílias e possível motivo para revoltas (FLORENTINO, GÓES, 1997). Em Itapemirim tal desproporção não ocorria com tanta intensidade nos anos descritos na tabela. A Tabela 02 revela que a quantidade de pretos cativos era grande em relação aos pardos, traço de uma comunidade com pouca miscigenação. O quantitativo de homens, tanto livres, quanto cativos, era maior que o de mulheres. Nos três primeiros anos analisados na tabela, a desproporção sexual era maior entre os cativos do que entre os livres. Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (38%). Já entre os escravizados, os infantes eram apenas 13%. Pode-se observar a

preferência por cativos do sexo masculino, mais utilizados nas lavouras, conforme Florentino e Góes analisaram (1997, p.95). A desproporção entre os sexos também pode ser explicação para o baixo índice de crianças cativas.

A família cativa, segundo Florentino e Góes, era uma das diversas estratégias de paz dentro das senzalas, em resposta ao ambiente de tensão causado pela própria dinâmica da escravidão. A escassez de mulheres nas escravarias contribuía para a crise entre os cativos, acentuada pelo incremento de “negros novos”, que chegavam com o tráfico transatlântico. Para Florentino e Góes é nítida a relação proporcional entre o tamanho da escravaria e os laços de parentesco, indicando que “as famílias escravas tinham por sentido fundamental o estabelecimento da paz” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.95). Os autores defendem a ideia de que a violência não era suficiente para obter do cativo o necessário à produção escravista. Assim, a permissão da constituição de famílias era uma estratégica política da escravidão.

**TABELA 02: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827, 1833 e 1872**

		Homens	%	Mulheres	%	Crianças	%	Total	% Geral
1 8 2 4	Branços	298	53	264	47	---	---	562	24
	Índios	102	48,5	108	51,5	---	---	210	9
	Pardos Livres	198	52	184	48	---	---	382	16,5
	Pretos Livres	12	40	18	60	---	---	30	1,5
	Pardos Cativos	16	64	9	36	---	---	25	1
	Pretos Cativos	665	59	458	41	---	---	1.123	48
	Total de Livres	610	51,5	574	48,5	---	---	1.184	51
	Total de Cativos	681	59,5	467	40,5	---	---	1.148	49
<b>Total</b>		<b>1.291</b>	<b>55,5</b>	<b>1.041</b>	<b>44,5</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>2.332</b>	<b>100</b>
1 8 2 7	Branços	172	50	174	50	---	---	346	19
	Índios	59	48	64	52	---	---	123	7
	Pardos Livres	135	46,5	155	53,5	---	---	290	16
	Pretos Livres	16	42	22	58	---	---	38	2
	Pardos Cativos	20	49	21	51	---	---	41	2
	Pretos Cativos	547	55	450	45	---	---	997	54
	Total de Livres	382	48	415	52	---	---	797	43,5
	Total de Cativos	567	54,5	471	45,5	---	---	1.038	56,5
<b>Total</b>		<b>949</b>	<b>52</b>	<b>886</b>	<b>48</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>1.835</b>	<b>100</b>
1 8 3 3	Branços	230	32,5	196	27,5	282	40	708	24
	Índios	27	26	36	34,5	41	39,5	104	4
	Pardos Livres	138	29	149	31	190	40	477	16
	Pretos Livres	16	46	15	43	4	11	35	1
	Pardos Cativos	26	47,5	13	23,5	16	29	55	2
	Pretos Cativos	801	52	545	35,5	195	12,5	1.541	52
	Escravos s/ Ident.	---	---	---	---	---	---	8	---
	Ilegível	---	---	---	---	---	---	8	---
	Chinês	---	---	---	---	---	---	1	---
<b>Total de Livres</b>		<b>411</b>	<b>30</b>	<b>396</b>	<b>29</b>	<b>517</b>	<b>38</b>	<b>1.360</b>	<b>46</b>

	Total de Cativos	827	52	558	35	211	13	1.596	54
	Total	1.238	42	954	33	728	25	2.937	100
1	Branços	2.036	47	2.019	46,5	281	6,5	4.336	44
8	Pardos Livres	519	40,5	580	45,5	182	14	1.281	13
7	Pretos Livres	221	45,5	217	45	46	9,5	484	5
2	Caboclos Livres	482	68	181	25,5	44	6,5	707	7
	Pardos Cativos	281	32,5	503	58	81	9,5	865	9
	Pretos Cativos	900	45	990	49	118	6	2.008	21
	Total de Livres	3.258	48	2.997	44	553	8	6.808	70
	Total de Cativos	1.181	41	1.493	52	199	7	2.873	30
	Total	4.439	46	4.490	46	752	8	9.681	100

Fonte: VASCONCELLOS, 1978, p. K; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; Censo de 1872.

Toda composição social apresentada nas tabelas acima observadas demonstram as características da sociedade de Itapemirim no século XIX, formada por grandes fazendas com um contingente grande de cativos e uma atividade econômica relevante.

#### Aspectos gerais da economia itapemerinense: fazendas, engenhos e senhores de terras

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, recebeu desde o princípio da exploração de suas terras lavouras de cana de açúcar (MORENO, 2016, p.20-22). Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serrarias que exportavam madeira.

O Porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadorias direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto exaltou os lavradores que comercializam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele, o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos. “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n'essa parte da província se encontrão já magníficas fazendas (sic)”. Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar (ESPÍRITO SANTO, Relatório, 1849, p.10). Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31). No entanto, para a Vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas (MORENO, 2016, p.86).

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações

sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo documento se pode estimar como era a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política.

O primeiro aspecto observado no documento diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 32% das residências possuíam escravizados. As posses com mais de 20 cativos representavam 23%, o que revela que as escravarias de Itapemirim eram formadas por quantidade expressiva de escravizados. Acrescente-se a esses números o fato de que sete dessas escravarias contavam com 50 ou mais cativos e em outras duas propriedades havia mais de 100, conforme apresenta a tabela 03.

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	54	56
De 6 a 10	13	13
De 11 a 20	8	8
De 21 a 30	5	5
De 31 a 40	2	2
De 41 a 50	7	7
De 51 a 100	7	7
Acima de 100	2	2
Total de Propriedades com cativos	96	32
Fogos sem cativos	204	67
Ilegível	3	1

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Outras fontes utilizadas nesse trabalho, que ajudam a medir a estrutura de posse de cativos no Oitocentos, são os inventários *post-mortem* e testamentos da Vila de Itapemirim. A Tabela 04 demonstra que de 85 documentos analisados 64% apresentaram posse de cativos. Os documentos cartoriais demonstram, assim como a Lista de 1833, que a maioria dos proprietários itapemerinenses possuíam pequenas posses com até 5 cativos. Em relação as posses com mais de 20 escravizados, soma-se 22%, outro valor semelhante ao encontrado em 1833. Destas, uma possuía mais de 50 cativos e quatro tinham em suas posses mais de 100 escravizados.

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	22	40
De 6 a 10	13	24
De 11 a 20	8	14
De 21 a 30	1	2
De 31 a 40	4	7
De 41 a 50	2	4
De 51 a 100	1	2
Acima de 100	4	7

Total de Propriedades com cativos	55	65
Fogos sem cativos	30	35
Total de documentos	85	100

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888.

Geisa Ribeiro efetuou levantamento semelhante nas Regiões Central, que compreendia as freguesias de Vitória, Queimado, Cariacica, Carapina e Santa Leopoldina e na Região Sul com as freguesias de Cachoeiro, Rio Prado, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonsino, da Província do Espírito Santo (RIBEIRO, 2012, p.52, 111). Na região Central, 62% dos documentos cartoriais apresentavam cativos, enquanto que na região Sul, esse valor era 96% (RIBEIRO, 2012, p.114). As tabelas a seguir apresentarão, respectivamente, as fazendas e situações de terras que aparecem na Lista de 1833 (Tabela 05) e nos inventários e testamentos (Tabela 06). Esses registros são importantes para se traçar um perfil da elite itapemerinense, bem como de suas posses de terras, principal fonte econômica da região nesse período.

<b>TABELA 05: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA EM 1833</b>		
<b>Fazenda</b>	<b>Proprietário</b>	<b>N. de cativos</b>
Fazenda Muqui	Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Fazenda Cotia	D. Thomazia da Silva Medella	107
Fazenda Area	Manoel da Costa Pereira	85
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo	81
Fazenda Carreira Comprida	José Antônio de Souza	69
Situação Paineiras	Francisco de Salles	51
Fazenda Colheres	Josefa Moreira Borges	49
Fazenda Ribeira e Brejo Grande	Joaquim José Alves Silva	40
Fazenda Barra Seca	D. Maria Magdalena	32

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Alguns fazendeiros e fazendas merecem destaque. Primeira delas é a de D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de cativos em 1833 (107). Havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros da região, dono da Fazendinha, além de outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última foi herdada por ela após a morte de seu marido e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. Nela havia fábrica de açúcar e de farinha. Também possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira, que se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

<b>TABELA 06: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA (1836-1888)</b>		
<b>Fazenda</b>	<b>Proprietário</b>	<b>N. de cativos</b>
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo (pai)	147
Fazenda Carreira Comprida	Ignacio Acciole de Vasconcelos	138
Fazenda Coroa da Onça	João Nepomuceno Gomes Bittencourt	111
Fazenda Cutia	João Rodrigues Barbosa	111



Fazenda Ouvidor do Norte	José Gomes Pinheiro	49
Fazenda Boa Vista	José Bello de Araújo (filho)	37
Fazenda São Paulo	José Tavares de Brum e Silva	31
Fazenda Barra Seca	José Marques Pereira	30
Fazenda Brejo dos Patos	Ignácio Francisco de Souza	15
Fazenda Piabanha	D. Mafalda Maria do Espírito Santo	13
Fazenda Cery	Urçula Maria do Espírito Santo	6
Fazenda Colheres	Vicente Ferreira da Silva	0

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888

O principal fazendeiro de Itapemirim foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo em 1802. Sua família se instalou em Benevente onde formaram o engenho de açúcar “Três Barras” (ROCHA, 1966, p.42). Casou-se em primeiras núpcias com D. Francisca do Amaral e Silva, mas fica viúvo e se casa com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum. Mudou-se para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 1920, p.211-212). Oliveira o destaca como exemplar caso de bandeirante do século XIX (OLIVEIRA, 2008, p.355).

Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e Muqui (MARINS, 1920, p.214). Esta última serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. O Barão, segundo Marins, possuía mais de 400 cativos (MARINS, 1920, p.212-214). No mapa de 1833 tinha 304 escravizados e apenas a Fazenda Muqui, mas era o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

Os Gomes Bittencourt, conhecidos como “Moços da Areia”, pois eram proprietários da Fazenda Areia, eram os principais rivais políticos da família do Barão de Itapemirim. Vangloriavam-se por terem chegado ao sul capixaba antes de Silva Lima. Francisco Gomes Coelho da Costa, pai dos “Mocos da Areia”, solicitou Carta de Doação de Sesmaria 1807, que foi confirmada em 1811. Na petição afirma que as terras pertenciam a sua família a mais de 50 anos. Essas eram povoadas por seu sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, pai de Maria Francisca Pinheiro (MARINS, 1920, p.204).

Estes também eram grandes proprietários de terras e cativos. Os principais membros da família eram: Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumo e o sexto maior proprietário de cativos em 1833; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte, além das irmãs Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra;



e Rachel, casada com o Major Caetano Dias da Silva, nono maior dono de cativos da Lista Nominal, proprietário das fazendas Limão e Pau d'Alho e fundador da colônia de Rio Novo (MARINS, 1920, p.216).

Em 1833 a Fazenda Areia era propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, mas era administrada por José Gomes Pinheiro, um dos “moços da Areia”. A propriedade possuía 85 cativos, engenho de açúcar e uma olaria. Outro membro desse grupo, em 1833, era Heliodoro Gomes Pinheiro, que ainda não possuía nenhuma fazenda, mas era dono de 55 cativos. Caetano Dias da Silva, cunhado dos Gomes Bittencourt, era solteiro em 1833. Das fazendas citadas por Marins (1920, p.214-216), possuía em 1833 apenas a Limão, com 50 cativos.

O casal João Nepomuceno e D. Francisca aparece na Lista Nominal de 1833 ainda bem jovens: ele com 26 e ela com 23 anos. Tinham apenas dois filhos pequenos. Já no inventário de 1849, a família havia aumentado, com quatro filhos. Em 1833, quando começavam a construir sua fortuna, possuíam algumas braças de terras nas margens do Rio Itapemirim e 35 cativos. De 1833 para 1849, no entanto, sua escravaria praticamente triplicou, saltando de 35 para 111 cativos. Aparece no inventário como parte da Fazenda Coroa da Onça ferraria, engenho e alambique.

Politicamente, os Gomes Bittencourt se destacavam no município enquanto o Barão possuía prestígio provincial. Este era o líder do partido liberal enquanto aquele liderava o partido conservador. Entre os anos de 1843-1858 o Barão ocupou o cargo de vice-presidente provincial por oito vezes consecutivas e assumiu a presidência da província em dois períodos, entre 1852-1853 e em 1857 (DAEMON, 2010, p. 362, 378, 386, 393, 398, 546, 548, 552). A rivalidade entre ambos foi observada durante a visita do Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo e a Itapemirim. Ambos foram dois dos maiores patrocinadores da visita imperial, e compunham a comitiva que recebeu o D. Pedro II em Vitória. Esperavam a visita imperial em suas fazendas, mas o Imperador preferiu se hospedar na casa de um terceiro, o capitão José Tavares de Brum e Silva, que ficava na sede da vila (ROCHA, 2008, p.51, 64, 231).

As intrigas entre os “Moços da Areia” e o Barão de Itapemirim também aparecem nas denúncias sobre a desobediência da Lei Eusébio de Queirós de 1850. Na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850. A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas às lavouras capixabas de café, mas também para o envio de cativos ao norte do Rio de Janeiro e às Minas Gerais (PEREIRA, 2013, p.2).

Denúncias envolvem tanto o nome do Barão de Itapemirim, apontado como um dos principais traficantes negreiros do Sudeste (Santana, 2000, p.304), quanto o Coronel Gomes Bittencourt e o

Major Dias da Silva. Em 06 de abril de 1851 o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal, informou em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de “cento e tantos” africanos em Barra do Itabapoana, fruto de negociação com José Bernardino de Sá, comerciante negreiro, para a fazenda do Barão de Itapemirim. A incriminação foi enviada pelo coronel Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Dias da Silva, ambos desafetos do barão, conforme o próprio Leal, que também chamou a atenção de Queirós para a amizade do citado barão com traficantes (OFÍCIO CHEFE DE POLÍCIA ESPÍRITO SANTO, 1851; PEREIRA, 2013, p.6).

Dias da Silva havia sido chamado em uma coluna do Correio de Vitória de 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido sua relação com o tráfico ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p.15). Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852 o presidente Azambuja alertou o delegado de Polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt” (OFÍCIO CHEFE DE POLÍCIA ESPÍRITO SANTO, 1852). Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de Polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da Província contra os Gomes Bittencourt e o barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim (OFÍCIO CHEFE DE POLÍCIA ESPÍRITO SANTO, 1852).

Itapemirim era parte de uma complexa rede de contrabando negreiro após 1850. A “tríplice Fronteira”, como definido por Pereira, preocupou autoridades imperiais durante toda essa década. Além disso, não era apenas o Barão de Itapemirim que realizava esse tipo de comércio ilegal de pessoas. Outros grandes fazendeiros, como o Coronel Gomes Bittencourt, e seu cunhado, o major Dias da Silva, também estavam envolvidos, o que levanta a hipótese de que outros membros da elite podem ter sido responsáveis pelo infame comércio. As fontes indicam, que a trama era muito maior e envolvia outros fazendeiros locais. “Os donos de terra, portanto, não eram vítimas endividadas com os traficantes, mas participantes diretos do negócio” (CARVALHO, 2018, p.127).

Florentino e Fragoso, observaram que, entre os finais do Setecentos e nas décadas iniciais do século seguinte, novas fórmulas de acumulação econômica foram experimentadas pelo Sul-Sudeste brasileiro, com a hegemonia de uma nova elite econômica, constituída pelos comerciantes de grosso trato (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.84-85). “A escravidão ampliaria um vasto e lucrativo ramo de comércio – o tráfico transatlântico. O comércio negreiro, um dos setores mais rentáveis [...] determinaria não a opção pela escravidão em geral, mas sim pelos escravos africanos” (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.122). Esse perfil pode ser transportado para a nata da elite de Itapemirim, conforme analisado.

Outros nomes que merecem destaque são aqueles com grandes propriedades. Em 1845 a correção da partilha dos bens do ex-presidente da Província do Espírito Santo, o desembargador Ignacio Accioli de Vasconcellos, foi aberta em Itapemirim. Accioli era casado com Leonor Felisberta de Accioli, pai de seis filhos, e dono da fazenda Carreira Comprida. Na Lista Nominal de 1833 a fazenda de Accioli era administrada por José Antônio de Souza, morador da região, dono de 69 cativos, enquanto que na partilha de 1845 se observa que a escravaria da Carreira Comprida dobrou de tamanho para 138 escravizados. Também possuía terras na Safra, que dará origem a fazenda de mesmo nome.

Dois outros proprietários apresentavam escravarias com mais de 100 cativos. Eram esses: Jose Bello de Araújo e Dona Urçula Barreto da Silva Barbosa. O primeiro era casado com Anna da Silva Tavares e tinham seis filhos em 1833. No inventário, aberto em 1855, aparecem apenas três filhos do casal. Em 1833 possuía a Fazenda Cardoso com engenho de açúcar e fábrica de aguardente. Já em 1855, além dessa fazenda, possuía outras terras. Sua escravaria aumentou de 81 cativos, em 1833, para 147 indivíduos em 1855. Também eram donos da fazenda Boa Vista, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar.

Já D. Urçula Barreto da Silva Barbosa deixou testamento e inventário que foram abertos em 1863. Fora casada com Joaquim Moreira da Silva Lima com quem teve duas filhas, ambas casadas com os filhos do Barão de Itapemirim. Casara-se novamente com o Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa. Em sua escravaria havia 111 cativos. Ela e seu marido eram donos da Fazenda Cutia, que na Lista Nominal de 1833 pertencia a D. Thomázia Medella. Havia nessa fazenda engenho, alambique, olaria e casa de farinha.

Outras fazendas e situações de terras aparecem nos documentos cartoriais e na Lista de 1833. A Fazenda Paineiras, em 1833 pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça e 51 cativos. A fazenda foi adquirida por Joaquim José Alves Silva e deixada por herança ao seu genro Luiz Moreira da Silva Lima e sua filha Rita, posteriormente. Joaquim José Alves Silva também era dono da Fazenda Brejo Grande e da Fazenda Ribeira em 1833, e o terceiro maior proprietário de cativos da região, somado os trabalhadores das duas propriedades. Por residir em Campos, a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía além de 51 cativos, engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira, havia 40 cativos e fábrica de açúcar. Além das duas fazendas, era dono das fazendas Lancha, Barra Seca, Araçã, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Ayrizes, Cancan e Laranjeira (MARINS, 1920, p.216-217).

A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar e 32 escravizados. Também aparece na Lista Nominal de 1833 a Fazenda Colheres, que pertencia à

dona Josefa Moreira Borges, com 49 cativos, fábrica de açúcar e cachaça. Outra fazenda que se destacava era a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo. Também merece destaque a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco (MARINS, 1920, p.213).

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim do século XIX. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. De acordo com a Lista de 1833, 183 moradores (60%) possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. A Tabela 07 apresenta os tipos de propriedade dos moradores itapemirinese.

<b>TABELA 07: Tipos de Propriedades de Terras de Itapemirim-ES (1833)</b>		
<b>Tipo de Propriedade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Lavouras em terras foreiras	90	49
Lavouras em terras próprias	38	21
Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse	31	17
Fazendas e situações de terra	14	7,5
Lavouras em terras de favor	10	5,5
<b>Total de Propriedades</b>	<b>183</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuíam terras próprias e suas lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 21%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam, conforme demonstra a Tabela 08:

<b>TABELA 08: Tipos de Moradia de Itapemirim-ES (1833)</b>		
<b>Tipo de Propriedade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Casa de Palha	225	79
Casa de Telha	44	15
Casa de Vivenda	8	3
Prédio Rústico	6	2
Casa sem especificação	4	1
<b>Total de Moradias</b>	<b>287</b>	<b>100</b>
Não possuem bens/ Ilegível	16	---

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Conforme demonstrado, a maioria dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e nove famílias moravam em casas de aluguel. Somado o número das casas

de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 21% da população vivia nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e seguras.

Nos inventários e testamentos também é possível observar os tipos de moradia de Itapemirim ao longo do Oitocentos. Diferente da Lista Nominal que aparecem todas as residências existentes, os documentos cartoriais descrevem uma parcela da população que possuía algum tipo de bem e excluía parcela significativa de pessoas. Nos 85 documentos aparecem 116 residências, isso porque algumas famílias possuíam mais de um imóvel. Dessas, a maioria eram casas de telha (27%) ou de palha (26%). Também havia as casas de vivenda (9%) e os sobrados (12%). Oito documentos trazem a existência de Senzalas (6%). Ainda que 55 documentos (65%) apresentem a existência de cativos como um dos bens, apenas 8 possuíam esse tipo de moradia específica para seus cativos, ou seja, nem todos os proprietários tinham esse tipo de bem entre suas posses.

<b>Tipo de Propriedade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Casa de Palha	32	26
Casa de Telha	33	27
Casa de Vivenda	11	9
Sobrado	15	12
Outras casas	25	20
Senzalas	8	6
<b>Total de Moradias</b>	<b>124</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888

Os dados acima deixam claro a desigualdade existente em Itapemirim: enquanto a elite local desfrutava da maior quantidade de terras, grandes fazendas e número expressivo de cativos, a maioria da população não possuía terras próprias. Cerca de 55% dos habitantes tinham lavouras em terras foreiras ou de favor. A historiografia, porém, contempla na maioria dos relatos as grandes fazendas. “A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime [...], marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários” (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.175).

### **A Dinâmica econômica de Itapemirim**

Com o desenvolvimento das lavouras de café, a cana de açúcar deixou de ser protagonista na economia capixaba. O surto cafeeiro ocorrido principalmente no interior da região sul capixaba fez com que muitos fazendeiros de Itapemirim substituíssem o açúcar pelo novo cultivo. No Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias novas de Cachoeiro de Itapemirim, de Alegre e de Veado,

o café obteve maior sucesso que na faixa litorânea. Aos poucos, aqueles que haviam mudado de cultivo, no Baixo Itapemirim, retornaram ao plantio da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35).

A Lista Nominal de 1833 contém aspectos econômicos da região. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas importantes, conforme apresenta a Tabela 10. No total somavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% eram fábricas de açúcar e aguardente, além de uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca que representavam 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados, Negócio de Varejo, e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a dinâmica das atividades econômicas locais. O predomínio da agricultura, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente e farinha comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

<b>TABELA 10: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)</b>		
<b>Atividade Econômica</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
<b>Total de Atividades Econômicas</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Nos inventários e testamentos é observar inventários e testamentos também se observa os negócios existentes em Itapemirim. Dos 85 documentos analisados, 70 (82%) possuíam algum tipo de bem raiz e 19 (22%) algum carro ou embarcação. A Tabela 11 descreve esses bens, desde terras e

plantações até as fábricas e outros empreendimentos, assim como os carros e barcos presentes nos documentos. São mencionados 361 tipos de bens raiz (89%) e 46 carros e embarcações (11%).

A Tabela 11 mostra o predomínio das terras e pastos. Nos 70 documentos com bens raiz aparecem 758 animais, entre vacas, bois, cavalos, porcos, galinhas e outros. A pecuária também representava atividade econômica rentável. Os cafezais e as arrobas de café são percentual maior que os canaviais e as arrobas de açúcar (11% e 5% respectivamente). Possivelmente, esses homens atuavam como negociantes e produtores de café, não apenas de açúcar. Mas a produção açucareira permaneceu com fôlego ao longo do Oitocentos. Enquanto que em 1833 aparecem 17 engenhos e fábricas de açúcar, a tabela mostrou 55 bens relacionados a essa produção, entre engenhos, fábricas e maquinários. As lavouras de mandioca eram 8% e fábricas de farinha aumentaram de 1 para 15 (4% dos bens da tabela). Essa produção sustentava a população local.

**TABELA 11: Bens Raiz, Carros e Barcos de Itapemirim-ES (1836-)**

Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica e Bens de Açúcar e Aguardente	55	13
Embarcação (viagem e pesca)	27	7
Fábrica de Farinha	15	4
Carros/ Carros de Boi/ Carroças	19	5
Olaria	9	2
Ferraria	6	1
Serraria	3	1
Terras e Pastos	161	39
Cafezais/ Pés de Café/ Arrobas de Café	44	11
Canaviais/ Plantações de Cana/ Arrobas de Açúcar	20	5
Plantações de Mandioca	32	8
Árvores Frutíferas	15	4
<b>Total de Bens Raiz</b>	<b>361</b>	<b>89</b>
<b>Total de Barcos e Lanchas</b>	<b>46</b>	<b>11</b>
<b>Total de Bens</b>	<b>407</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, 1836-1888

De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro. Por conta disso, em 1847, o Presidente da Província Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz fez o seguinte comentário sobre as lavouras de Itapemirim:

A cultura da canna de assucar é também n'este município um dos gêneros principais da cultura que prospera visivelmente, a ponto de existirem ali já 14 engenhos bem montados, sendo quatro movidos por vapor. A par d'elle o café, cuja plantação começou poucos annos, tendo até hoje dado bem fundadas esperanças de tornar-se um dos mais importantes ramos de exploração. Cultivão alguns lavradores também, mas em menor escalla, o algodão e o fumo, a que se presta o terreno, bem como aos gêneros de primeira necessidade, em que igualmente se empregarão, pouco além do que é sufficiente para as necessidades do município, sendo portanto, pequena a exportação de taes gêneros (Relatório, 1847, p. 63).



Como se pode perceber, em 1847 o café era apenas uma “esperança” para a economia capixaba, enquanto o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Em relatórios de presidentes provinciais, se reclamava da ausência de um local apropriado para a realização das transações comerciais no Porto de Itapemirim. Em fala realizada pelo presidente José Machado d'Oliveira em 1841, relatou-se:

O Administrador da Mesa de Rendas da Villa de Itapemirim tem-me representado, que experimentando-se alli não pequeno prejuízo nas mesmas Rendas por causa da maneira por que até agora se tem feito exportar os gêneros de produção do Paiz, tem fundamento para pensar que se obviará esse prejuízo levantando-se em lugar adequado huma pequena casa (cuja despesa calcula em 300\$rs.) onde se possam recolher os gêneros que tem de embarcar por exportação havendo meios para serem pesados; e como me pareça esta medida vantajosa, e mesmo indispensável; a apresento ao vosso conhecimento para deliberardes como vos aprouver; ajuntando aqui a referida representação para que mais bem conhecaes as razões, em que se basea aquelle Administrador para semelhante exigência (ESPÍRITO SANTO, 1841, p.36-37).

Sete anos depois, em outro relatório, o presidente provincial Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz voltou a criticar a falta de um prédio destinado ao comércio das mercadorias no porto. A reivindicação era antiga e, por conta disso, ele a considerava importante. “O administrador da mesa de rendas de Itapemirim insiste na necessidade de edificar-se no porto d’essa villa um armazém apropriado, onde se recolhão certos generos afim de serem mais exacta e commodamente conferidos” (ESPÍRITO SANTO, 1848, p.32). Em 1857 o Barão de Itapemirim solicitou à Câmara Municipal a edificação de um Trapiche na Barra (MORENO, 2016, p.86).

De certo que a separação entre Itapemirim e Cachoeiro gerou queda econômica para aquele município. No relatório que o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, apresentou em 1864, descreveu-se o declínio das lavouras de cana itapemirinsenses, que competia com Campos na exportação de açúcar em anos anteriores, mas que havia estacionado sua produção. Já o alto Itapemirim prosperava com o cultivo do café, que era a única fonte de riqueza pública da província, de acordo com suas análises (ESPÍRITO SANTO, 1864, p.91).

O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café (HESS, FRANCO, 2005, p.34). Pelo porto, eram exportadas as mercadorias produzidas na região e outros produtos eram importados. O Rio Itapemirim afigurava-se importante para a irrigação das lavouras de cana e café, que se localizavam em suas margens, e também como

via de transporte de mercadorias da região cafeeira para o porto (MORENO, 2016, p.85-86). Em relatório apresentado em 1852 o presidente da província José Bonifácio Nascentes d'Azambuja demonstrou os valores importados pelos portos de Vitória e Itapemirim nos anos de 1850 e 1851, conforme apresenta a tabela 12.

**TABELA 12: Artigos Importados pelos Portos de Vitória e Itapemirim (1850-1851)**

Cidade	Gêneros Nacionais		Gêneros Internacionais	
	Artigos	Valores	Artigos	Valores
Vitória	107	112.205\$770	79	182.483\$190
Itapemirim	45	21.080\$400	67	81.998\$680

Fonte: Relatório, 1852, Mapa 10.

Itapemirim importou ao todo 112 produtos, sendo a maioria de gêneros internacionais. Já o Porto de Vitória importou 186 mercadorias e a maioria era nacional. Isso revela que Itapemirim consumia quantidade expressiva de mercadorias importadas, marca de interesses e costumes de uma elite dominante. “A articulação [...] de elementos estrutura o imaginário [...] e este imaginário acaba por definir aquilo que é importante e aquilo que não é o que dá significado a vida num determinado local e em certo momento do tempo” (ROSTOLDO, 2007, p.56). O porto também era responsável por levar a outros portos nacionais as mercadorias que eram produzidas na região. No mesmo relatório, o presidente d'Azambuja descreve os produtos exportados por Itapemirim no ano de 1851.

**TABELA 13: Valores dos Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES (1851)**

Produto	Itapemirim	Espírito Santo	%
Café	24:216\$600	206:643\$700	11
Açúcar	59:692\$820	108:100\$860	55
Madeira	266\$770	32:228\$490	1
Algodão	18\$800	4:470\$090	8
Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100
Mantimentos	763\$100	68:244\$940	1
Total	88:138\$090	423:719\$920	21

Fonte: Relatório, 1852.

Em 1851 Itapemirim era responsável por 11% da exportação de café na província, embora, seu cultivo apenas estivesse no início. Em relação à exportação dos derivados da cana, a região vendia 55% do açúcar e 100% da aguardente provincial. No total foram exportados 21% do valor geral da província, um pouco mais de 88 contos de réis. Em outro relatório de 1862, o presidente provincial, Pereira Junior, apresentou quadro comparativo da exportação de produtos entre os anos de 1857-1861. Já em 1864, o presidente Pindahiba de Mattos noticiou os mesmos dados, porém, referentes aos anos de 1862 e 1863. A Tabela 14 apresenta os números oficiais, onde se pode fazer um comparativo entre os anos de 1857-1863.

**TABELA 14: Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES (1857-1863)**

Ano	Produto	Itapemirim	Espírito Santo	%
1857	Café (arroubas)	23,287	156,883	14,2
	Açúcar (arroubas)	15,401	24,474	62,9
	Algodão (arroubas)	146	1,466	9,9
	Mantimentos (alqueires)	10,195	219,174	2,2
	Aguardente (medidas)	9,720	9,960	97,5
	Couros (número)	53	862	6,1
	Toucinho (arroubas)	32	32	100
	<b>Total arrecadado</b>	<b>8:582\$772</b>	<b>58:383\$491</b>	<b>14,7</b>
1858	Café (arroubas)	28,339	151,227	18,7
	Açúcar (arroubas)	27,562.15	43,232.22	63,7
	Algodão (arroubas)	404	1,699.8	23,7
	Mantimentos (alqueires)	3,865	125,640	3,0
	Aguardente (medidas)	30,600	31,320	97,7
	Couros (número)	101	837	12,0
		<b>Total arrecadado</b>	<b>9:697\$710</b>	<b>38:709\$428</b>
1859	Café (arroubas)	46,770.23	154,703.23	30,2
	Açúcar (arroubas)	25,063.14	42,606.23	58,8
	Mantimentos (alqueires)	7,968	174,579	4,5
	Aguardente (medidas)	32,100	32,100	100
	Couros (número)	87	742	11,7
		<b>Total arrecadado</b>	<b>14:536\$240</b>	<b>62:007\$205</b>
1860	Café (arroubas)	79,991.10	213,815.10	37,4
	Açúcar (arroubas)	21,986	30,451.16	72,2
	Algodão (arroubas)	25	1,479	1,6
	Mantimentos (alqueires)	5,149	149,581	3,4
	Aguardente (medidas)	24,138	24,138	100
	Couros (número)	120	756	15,8
		<b>Total arrecadado</b>	<b>25:445\$600</b>	<b>83:447\$094</b>
1861	Café (arroubas)	62,813.2	223,806.12	28,0
	Açúcar (arroubas)	18,827	21,843.12	86,1
	Mantimentos (alqueires)	3,894	105,888	3,6
	Aguardente (medidas)	4,810	5,090	94,4
	Couros (número)	92	446	20,6
		<b>Total arrecadado</b>	<b>21:405\$145</b>	<b>70:867\$504</b>
1862	Café (arroubas)	59,621	229,447	25,9
	Açúcar (arroubas)	18,170	30,006	60,5
	Algodão (arroubas)	140	1,745	8,0
	Mantimentos (alqueires)	3,681	143,490	2,5
	Aguardente (medidas)	36	46	78,2
	Couros (número)	29	246	11,7
		<b>Valores Oficiais</b>	<b>386:196\$866</b>	<b>1.481:254\$115</b>
1863	Café (arroubas)	37,561	139,341	26,9
	Açúcar (arroubas)	20,541	32,458	63,2
	Algodão (arroubas)	102	4,597	2,2
	Mantimentos (alqueires)	3,599	203,929	1,7

	Aguardente (medidas)	3,600	6,120	58,8
	Couros (número)	22	323	6,8
	Valores Oficiais	260:764\$000	1.140:517\$882	22,8

Fonte: 1857-1861: Relatório, 1862, p. 83-85; 1862-1863: Relatório, 1864, mapas 92, 93 e 96.

Entre os anos de 1857 a 1863 Itapemirim foi responsável por grande parte da exportação de mercadorias da Província. Apenas o Porto de Vitória exportava quantidade maior de mercadorias. O café assumiu a liderança da produção e das vendas na região: enquanto que em 1851, no início do surto cafeeiro na província, apenas 11% dos valores exportados referiam-se ao café, em 1860, menos de uma década, as vendas representavam 37,4% dos valores totais da província. Ainda assim, Itapemirim produzia e exportava a maior parte do açúcar e da aguardente.

O ano de 1860 merece destaque por representar o ápice da produção cafeeira descrita nos documentos. Cerca de 37,4% de todo café exportado pelo Espírito Santo foi vendido através do Porto de Itapemirim, enquanto que em 1861 a exportação do açúcar representou 86,1% do total comercializado pela província. Nos anos mencionados os valores arrecadados pelo Porto de Itapemirim representaram pouco mais de 30% do total das exportações da Província, que representa aumento significativo se comparado ano de 1851, quando o total vendido era de 21% das exportações.

Durante os anos de 1857 e 1858 exportava-se quantidade parecida dos dois produtos. Mas, a partir do ano de 1859, o café se tornou a principal mercadoria vendida pelo Porto de Itapemirim, em quantidades muito superiores ao açúcar. Nas décadas seguintes, o café continuou a liderar as exportações, sendo sempre seguido pelo açúcar. A Tabela 15 apresenta as mercadorias exportadas nos anos de 1873 e 1885, de acordo com os relatórios que foram apresentados pelos presidentes e vice-presidentes da Província.

**TABELA 15: Produtos Exportados pelo Porto de Itapemirim-ES (1873 e 1885)**

Produto	1873*			1885**		
	Itapemirim	Espírito Santo	%	Itapemirim	Espírito Santo	%
Café	141.645	306.406	46,2	3.296.044	10.592.887	31,1
Açúcar	12,144	17,410	69,7	61.905	162.345	38,1

Fonte: 1873: Relatório, 1873, p. 34-37; 1886: Relatório, 1885, p. 5-8.

\* Medidas em arroubas; \*\* Medidas em quilos.

Em 1873 a exportação de café na localidade de Itapemirim representou 46,2% do total do movimento da província enquanto que em 1886, essa quantidade diminuiu para 31,1%. Também houve forte queda na exportação de açúcar de 69,7% para 38,1% no ano de 1886. Ainda assim, com o passar dos anos, o café protagonizou as exportações do sul capixaba e assumiu o lugar que antes era do açúcar.

## Considerações Finais

Pelos dados apresentados fica claro que Itapemirim teve seu principal produto de exportação substituído na segunda metade do século XIX. O café, como demonstrado, anteriormente, neste trabalho, tornou-se a mercadoria de maior valor na província, produzido principalmente no interior da região sul. Assim, entre as exportações de Itapemirim, o café foi o produto vendido em maior quantidade. Porém, não se deixou de produzir açúcar na região que, aliás, continuou sendo a maior produtora canavieira da província. O açúcar de Itapemirim abastecia a província e era enviado para outros lugares. A economia da Região Sul, a partir da metade do Oitocentos, produzia tanto café quanto o açúcar que ocupavam os primeiros planos na economia provincial.

Este trabalho procurou demonstrar a dinâmica econômica e social de Itapemirim ao longo do século XIX. Ficou claro que o sul capixaba desenvolveu uma economia baseada na *plantation* de cana de açúcar, no litoral, e café no interior e ambas as produções eram exportadas a partir do porto. Porém, a sociedade itapemerinense e suas atividades econômicas não se restringiam as grandes fazendas e produtos para exportação. Comerciantes locais, fábricas de produção de alimentos, lavouras frutíferas, pecuária, embarcações para pesca e transporte e carros para transporte de mercadorias e pessoas são encontrados entre as atividades econômicas e bens presentes dos documentos.

Essa sociedade itapemerinense pode ser enquadrada na sociedade descrita por Fragoso e Florentino. Homens de grosso trato, envolvidos tanto com atividades agrícolas e comerciais, bem como com participação no tráfico negreiro, são os principais membros da elite política e econômica. Estes figuram entre os maiores proprietários de cativos, alguns com título de nobreza, como o Barão de Itapemirim, e ambos com envolvimento político na Vila e na capital da Província do Espírito Santo. Também merece destaque o quantitativo de cativos, muitos deles africanos. Nem sempre esses sujeitos eram propriedade desses grandes fazendeiros. A maioria dos donos de escravizados possuíam de 1-5 cativos. Essa mescla social e econômica compõem a dinâmica de uma das vilas mais prósperas do Espírito Santo no século XIX. Ainda que seja uma vila do interior de uma província pequena, suas relações e redes de envolvimento são interessantes e merecem destaque.

## Referências Bibliográficas

### Livros

ALMADA, V. P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BRAGA, N. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES/ Secretaria da Educação e Cultura, 1996.
- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESS, R. R.; FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.
- MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.
- MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.
- MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.
- OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- ROCHA, L. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966.
- ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- ROSTOLDO, J. P. *Vida Capixaba: o retrato de uma época-1930*. Vitória: IGHES, 2007.
- SOFFIATI, A. *O norte do Rio de Janeiro no século XVI: à luz da história mundial e da eco-história*. Rio de Janeiro: Autograda, 2019.
- VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.
- VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo, 1858*.

#### Capítulos de Livros

CARVALHO, M. J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In.: OSÓRIO, H. e XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

FRAGOSO, J. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

#### Artigos de Periódicos Impressos

SANTANA, L. A. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

#### Dissertações e Teses

LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACHADO, L. S. *No caminho das águas: a trajetória histórica da Vila de Itapemirim e de seu porto (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021.

RIBEIRO, G. L. *Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

#### Trabalhos apresentados em eventos

PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf).

PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>.



## Documentos de Arquivos

APEES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

APEES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

## Obras com entidade como autor

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo).

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#).